

08	Decisão do Conselho s/ Recurso (Art. 13 da Res. 001/2011)	48 horas seguintes, a contar do recebimento do recurso	Até 16/05/2015 - Sábado
09	Indicação de delegado para atuar na eleição (Art. 14 da Res. 001/2011)	48 horas antes do pleito	Até 20/05/2015 - Quarta-feira
10	Eleição - 10 às 16 horas (Art. 15 da Res. 001/2011)		22/05/2015 - Sexta-Feira
11	Recebimento de voto por remessa postal no protocolo geral (Art. 16 da Res. 001/2011)	Até o encerramento da votação presencial	22/05/2015 - Sexta-Feira
12	Totalização dos votos e proclamação dos eleitos (Arts. 17 e 18 da Res. 001/2011)	Imediatamente após o encerramento da votação presencial	22/05/2015 - Sexta-Feira
13	Impugnações e incidentes (Art. 17, da Res. 001/2011)	Decorrer da votação e apuração	22/05/2015 - Sexta-Feira
14	Decisão sobre as impugnações e incidentes (Art. 17, da Res. 001/2011)	Decorrer da votação e apuração	22/05/2015 - Sexta-Feira
15	Recurso ao Conselho Superior sobre as deliberações (Art. 17, § 2º da Res. 001/2011)	Imediato (no decorrer da votação e apuração)	22/05/2015 - Sexta-Feira
16	Decisão do Conselho Superior sobre recurso (Art. 17, § 2º da Res. 001/2011) A decisão do Conselho Superior é terminativa e insuscetível de reconsideração (Art. 20 da Res. 001/2011)	48 horas seguintes ao recebimento do recurso	Até 24/05/2015 - Domingo
17	Proclamação do resultado final da eleição (Art. 19 da Res. 001/2011)	Após a apuração ou julgamento de eventual recurso	22/05/2015 - Sexta-Feira (caso não haja recurso) 25/05/2015 - Terça-Feira (caso haja recurso)
18	Remessa ao Procurador-Geral da República do nome do membro indicado ao CNJ.	Até o dia 29/05/2015 (Sexta-feira)	Impreterivelmente até o dia 29/05/2015 (Sexta-feira)

- Se o membro estiver afastado da carreira, deverá reassumir suas funções até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição, em observância ao disposto no Art. 3º, I da Resolução 003/2007.

- Se o membro exercer cargo de representação classista ou cargo eletivo ou de confiança nos órgãos do Ministério Público, deverá se desincompatibilizar até a data do pedido de registro de candidatura

Protocolo 823309
EXTRATO DA PORTARIA Nº 009/2015-MP/2ºPJMA
O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração do Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
Inquérito Civil nº: 000096-440/2015
Instauração: 18/04/2015

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
Fundamentos: art. 225, § 3º da CF
Origem: Procedimento Preparatório nº 000096-440/2015
Objeto: Apuração da suposta ilegalidade do licenciamento ambiental concedido ao empreendimento imobiliário “Ideal BR”, localizado na Área de Proteção Ambiental da área metropolitana de Belém.
Ananindeua-PA, 18 de abril de 2015.
José Godofredo Pires dos Santos - Promotor de Justiça
Protocolo 823342

PORTARIA DE COVERSAO Nº 007/2015 - MP/AUX/CÍVEL
A Promotora de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça Auxiliar Cível de Ananindeua/Pa., Dra. Regiane Brito Coelho Ozanan, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 000859-477/2015 em Inquérito Civil de mesma numeração, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual em Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, Bairro Centro.
Instauração: 15/04/2015.
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua
Objeto: Promover a garantia de direitos à Sra. Rita de Cássia Lima de Sousa, pessoa interditada, portadora de deficiência.
Ananindeua (PA), 15 de abril de 2015.
Dra. Regiane Brito Coelho Ozanan, Promotora de Justiça Cível de Ananindeua, e.e.

Protocolo 823369

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 026/2011
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 8ª. Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, RESOLVE, com supedâneo no § 7º do art. 2º da Resolução 23/2007-CNMP, CONVERTER o Procedimento Preparatório nº 149/2011 em INQUÉRITO CIVIL.
Objeto: apurar o atendimento às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 007/2007 adotadas pela Sefa.
Belém, 17 de outubro de 2011.
ELAINE CASTELO BRANCO, 8ª. Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Protocolo 823394

EXTRATO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 043/2011/MP/1ºPJCv
A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CIVEL DE SANTARÉM, torna público a instauração de Procedimento Administrativo nº043/2011-MP/1ºPJCv, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração: 043/2011-MP/1ºPJCv
Data de Instauração: 26/10/2011
Objeto: apurar ato de improbidade administrativa praticado por REGINALDO LOBO.
Promotoras de Justiça: DULLY SANNAE ARAÚJO OTAKARA e MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES

Protocolo 823404

PORTARIA Nº 003/2011 - MP/1ºPJB
Procedimento Administrativo Preliminar: 002/2011-MP/1ºPJB
Instauração: 15/04/2015.
Investigante: 1ª Promotoria de Justiça de Breves
Objeto: apuar supostas irregularidades ocorridas na realização da prova do Concurso Público nº 001/2011 da Prefeitura do Município de Breves.
Ananindeua (PA), 22 de setembro de 2011.
PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR, Promotor de Justiça

Protocolo 823418

EXTRATO DE PORTARIA Nº 010/2011/MP/7ºPJ/DCF/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 7ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIA DA PENHA BUCHACRA DE ARAUJO, torna publico a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração: 010/2011
Data de Instauração: 12/12/2011
Objeto: apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92 na lotação de servidores contratados em detrimento de aprovados no concurso público C-131, para a SESPA/SEAD.
Promotora de Justiça: Maria da Penha Buchacra de Araújo

Protocolo 823680

EXTRATO DE PORTARIA Nº 009/2011/MP/7ºPJ/DCF/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 7ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIA DA PENHA BUCHACRA DE ARAUJO, torna publico a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração: 009/2011
Data de Instauração: 12/12/2011
Objeto: apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92 na lotação de servidores contratados em detrimento de aprovados no concurso público C-153, para a SESPA/SEAD.
Promotora de Justiça: Maria da Penha Buchacra de Araújo
Protocolo 823681

EXTRATO DE PORTARIA Nº 011/2011/MP/7ºPJ/DCF/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 7ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIA DA PENHA BUCHACRA DE ARAUJO, torna publico a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração: 011/2011
Data de Instauração: 14/12/2011
Objeto: apurar as contratações de servidores temporários para exercer as funções relativas aos cargos de nível médio e superior no âmbito do Hospital Ophir Loyola, promovendo a coleta de informações para posterior proposição de Ação Civil Pública ou arquivamento.
Promotora de Justiça: Maria da Penha Buchacra de Araújo
Protocolo 823682

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS

Extrato de Edital. A Prefeitura Municipal de Anajás/PA usando de suas atribuições legais vem através do seu Pregoeiro Oficial, tornar público o extrato de edital Pregão Presencial SRP Nº 017/2015. Objeto. Contratação de pessoa jurídica, para eventual prestação de serviços de transporte escolar, para atender a rede municipal de ensino do município de Anajás. Abertura: 11/05/2015 às 09h00min. O edital completo estará disponível a partir do dia 28/04/2015, na Sede da Prefeitura, na sala da Comissão de Licitação de segunda à sexta feira das 08h00min às 13h00min horas.

ANJÁS/PA, 28 de abril de 2015.
Milton Alves Barros
Pregoeiro

Protocolo 821505

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO. ESPÉCIE 1º Termo Aditivo de Valor ao Contrato nº 52.003/2014 - SEMED. Processo: Tomada de Preços nº 52.003/2014 - SEMED.
Contratante: secretaria Municipal de Educação de Cametá.
Contratada: Amazon - Construções e Serviços - Ltda. CNPJ/ MF nº 08.362.093/0001-06. Objeto: Aditamento do valor R\$ 165.990,64 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) ao contrato, passando de R\$ 1.363.794,52 (um milhão trezentos e sessenta e três mil setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 1.529.785,16 (um milhão quinhentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos) este contrato. Assinatura: 30/04/2015. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Agente Ord.: Gilmar P. da Silva-Secretário de Educação